

EUA DITARAM MUDANÇAS

Cláudio Versiani 14-10-97



Os assessores de Bill Clinton defenderam, em longos telefonemas a Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan na quarta-feira e na quinta-feira, a imediata liberação do câmbio

rização foi de 21%. Ultrapassou os 20%, como previa a reportagem disponível na madrugada de ontem para os internautas notívagos no site do jornal novaiorquino, "desencadeando a inflação e diminuindo o padrão de vida dos brasileiros".

Segundo publicou o jornal norte-americano, os assessores de Clinton e o FMI alertaram o presidente Fernando Henrique que seu governo não conseguiria segurar a desvalorização do real em 8,8%. Na realidade, fizeram bem mais do que um alerta: prescreveram sua receita para a economia do país. E, enquanto seu remédio ainda não era sorvido, tentaram controlar os efeitos colaterais do anúncio da desvalorização do real apenas dentro dos limites estipulados pelo Banco Central, anunciada na quarta-feira.

Engolir a receita internacional para a crise financeira — a liberação do câmbio —, de acordo com o texto publicado pelo *The New York Times*, deve ser especialmente amargo para a classe média. Apenas ontem, a moeda sofreu uma desvalorização de 11%. Desde terça-feira, a desvalo-

"O FMI NÃO PROPÔS SIMPLEMENTE DEIXAR A MOEDA ENTRAR EM QUEDA DESCONTROLADA. AO INVÉS DISSO, INSTIGOU OS BRASILEIROS A AUMENTAR OS JUROS, COMO INCENTIVO AOS INVESTIDORES PARA MANTER DINHEIRO NO PAÍS"

The New York Times

das para o Brasil.

Mas o presidente não tinha exatamente um leque de opções, apontou o texto publicado pelo prestigiado periódico nos Estados Unidos. Podia seguir a cartilha do FMI ou continuar esvaziando as reservas do país para combater a especulação, na

tentativa de ganhar tempo para convencer os investidores de seu poder político para aprovar as reformas. Não apostou nisso.

"O FMI não propôs simplesmente deixar a moeda entrar em queda descontrolada. Ao invés disso, instigou os brasi-

leiros a temporariamente aumentar as taxas de juros, como um incentivo aos investidores para manter dinheiro no país", lê-se no texto publicado ontem nos Estados Unidos. As autoridades do fundo teriam dito ao governo brasileiro que essa foi a sida aplicada na Coréia do Sul no

ano passado.

As negociações que culminaram no empréstimo pós-reeleição começaram no início do segundo semestre de 1998. Com a moratória da Rússia, em 17 de agosto daquele ano, o Brasil sofreu com a perda diária de reservas, enquanto esperava socorro internacional para conter a especulação contra o real. Um mês depois, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, confirmou que estava sendo discutido com os governos dos países do G7 (grupo dos sete países mais ricos) e organismos internacionais um acordo de suporte financeiro para a América Latina.

O Brasil esperava se livrar da especulação uma vez que garantiu o empréstimo do FMI, explicitando o apoio do fundo monetário e dos EUA ao projeto de reformas do governo. Segundo o *The New York Times*, o governo norte-americano

apostou que o presidente tucano, reeleito, estaria fortalecido para aprovar as reformas. A mesma aposta que fez na capacidade de Boris Yeltsin, presidente da Rússia, de aprovar suas reformas econômicas naquele país. Fernando Henrique conseguiu mais que o presidente russo, mas não o suficiente.

"O acordo (com o FMI) não significa a salvação", disse, em dezembro do ano passado, o senador Espírito Santo Amin (PPB-SC), protestando ao aprovar o empréstimo em uma votação simbólica na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Nova votação simbólica no dia seguinte, 10 de dezembro, e o projeto foi aprovado em plenário. Com ele, a entrada de 41,5 bilhões de dólares, 5 bilhões deles dos Estados Unidos, no país. O país ainda tem US\$ 30 bilhões a receber do acordo.